

# MP do Real será votada na próxima semana

*Depois de meses de paralisação, parlamentares retomam votações e prometem esforço concentrado para examinar acordo do Gatt, patentes e concessões*

**JOÃO DOMINGOS**

**B**RASÍLIA — A medida provisória que criou o Plano Real deverá ser votada pelo Congresso na semana que vem, depois de ser reeditada quatro vezes. Outras medidas provisórias livres de polêmica — como as que concedem créditos suplementares para determinadas áreas do governo — começam a ser votadas hoje, no esforço concentrado programado para o fim de ano.

Hoje ainda, o Congresso pode aprovar projeto de resolução que permite votar o Orçamento-Geral da União de 1995 em prazo recorde, antes de 15 de dezembro. A idéia é eliminar várias exigências hoje existentes para a tramitação e votação do projeto do governo, encaminhado com atraso ao Congresso, como já tinha ocorrido com o Orçamento deste ano.

A Câmara dos Deputados vai examinar nos próximos dias o projeto que ratifica a Rodada Uruguai do Acordo-Geral de Comércio e Tarifas (Gatt), assinado pelo Brasil mas ainda sem aval parlamentar. Projeto semelhante tramita hoje em parlamentos de mais de 100 países. O acordo do Gatt tenta quebrar barreiras tarifárias que dificultam exportações dos países em desenvolvimento. A Comissão de Relações Exteriores da Câmara deu parecer favorável ao projeto. Se aprovada na Câmara, a proposta segue para o Senado.

Com as gavetas cheias de projetos, o Senado deverá aprovar a pauta de urgência para três projetos — a lei de concessão de serviços públicos, a lei de diretrizes e bases da educação e a lei de patentes. Estas iniciativas já passaram pela Câmara. Dependem agora da aprovação do Senado para irem à

sanção presidencial e serem transformadas, definitivamente, em leis. O acordo do Gatt depende muito da nova lei de patentes. A privatização de serviços como estradas e energia depende da aprovação da lei de concessões.

As alterações que o Congresso pretende fazer na Resolução nº 1, que trata dos prazos para a tramitação do Orçamento-Geral da União, vão permitir que o presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, comece o governo sabendo o que poderá gastar. Se fossem mantidos os prazos exigidos pela Resolução nº 1 — necessidade de parecer preliminar, relatórios parciais, relatório-geral aprovado em comissão e no plenário —, mais uma vez o País ficaria sem Orçamento definido.

De acordo com os novos prazos, até 2 de dezembro o relator-geral do Orçamento, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), deverá

apresentar as modificações ao projeto original do Executivo. Até 5 de dezembro, apresentará o parecer final, na Comissão de Orçamento. Até dia 9, o parecer será votado, e até o dia 13, será feita a organização do projeto, com as emendas de plenário, e o relatório final será enviado à Mesa do Congresso. Com isto, será possível votar o Orçamento até o dia 15.

No dia 16, terá início novo período de recesso legislativo, previsto pela Constituição. Este foi um ano atípico no Congresso. Depois de meses paralisado pelas investigações do escândalo do Orçamento e pelo fracasso da revisão constitucional, o plenário foi abandonado pelos parlamentares com o início da campanha eleitoral. As atividades só foram parcialmente retomadas recentemente, com a aprovação do Orçamento de 94, a toque de caixa e com dez meses de atraso.

**O  
ORÇAMENTO  
DE 95 PODE SER  
VOTADO EM  
PRAZO RECORDE**